



**ACÓRDÃO Nº401/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11616/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Gilsomar Estevão Trindade (Ordenador de Despesa), Esmelidia Rolim de Lima (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1033/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Irregularidade.  
Alcance. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Esmelidia Rolim de Lima**, responsável pelo Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo (SISPREV-PF), Gestora e Ordenadora da Despesa, no período de **01/01/2020 a 05/03/2020**, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, considerando as impropriedades que restaram não sanadas.

**10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Gilsomar Estevão Trindade**, responsável pelo Sistema de Previdência dos Servidores



**ACÓRDÃO Nº401/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Públicos do Município de Presidente Figueiredo (SISPREV-PF), Gestor e Ordenador da Despesa, no período de **06/03/2020 a 31/12/2020**, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “c” da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, considerando o dano ao Erário constante do item de alcance.

**10.3. Considerar em Alcance o Sr. Gilsomar Estevão Trindade** no valor de **R\$ 12.498,70**, nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance, na esfera Municipal para o órgão Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV, em razão do pagamento de serviços não efetivamente prestados (achado 6.6 da Notificação nº 02/2021-DICAMI/CI).

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Gilsomar Estevão Trindade** no valor de **R\$ 6.249,35**, proporcional ao dano ao Erário verificado, nos termos do art. 53 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE” (achado 6.6 da Notificação nº 02/2021-DICAMI/CI).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Dar ciência a Sra. Esmelidia Rolim de Lima**, acerca do julgado.

**10.6. Dar ciência ao Sr. Gilsomar Estevão Trindade**, acerca do julgado.



**ACÓRDÃO Nº401/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 14 de Março de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em exercício

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**

Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral